



COMPLEXO
pequeno
PRÍNCIPE



2022

**Demonstrações
Financeiras**

Mensagem do diretor-corporativo

GRI 2-22

Reconhecimentos e contradições marcaram o ano de 2022

O ecossistema da saúde tem se tornado cada vez mais complexo.

À medida que as tecnologias avançam, ampliando as possibilidades de diagnósticos e de tratamentos, mais investimentos são necessários. Saber que essas tecnologias existem e estão disponíveis para salvar mais e mais vidas nos impulsiona a trabalhar para a construção permanente do hospital do futuro, altamente tecnológico, conectado, eficiente e, acima de tudo, humano, pois olhamos para o futuro sem nos esquecermos das nossas raízes, fincadas na compaixão e no compromisso com a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes que atendemos.

A grande contradição que vivemos é que os sistemas público e suplementar de saúde desejam esse hospital de alta qualidade, mas não repassam valores correspondentes a esses serviços altamente especializados.

Essa contradição ficou muito evidente no ano de 2022. Fizemos inúmeros investimentos em tecnologia – e para isso contamos com o apoio de empresas e pessoas físicas a quem somos muito gratos –, mas nossos contratantes não responderam à atualização de preços tão necessária para a sobrevivência de hospitais filantrópicos como o nosso.

Nisso, o Sistema Único de Saúde (SUS) é um destaque, pois, ao não promover atualização dos valores para 60% de nossas atividades, compromete e inviabiliza a prestação dos serviços, bem como os processos de melhoria contínua. Estamos mobilizando-nos para rever essa situação.

Por outro lado, fomos novamente eleitos um dos melhores hospitais pediátricos do mundo, pelo ranking da revista norte-americana Newsweek.

Passamos da 112.^a posição para a 87.^a posição. É um reconhecimento extremamente importante, já que o ranking é construído a partir do voto de 40 mil profissionais de saúde de mais de 20 países. Entre as instituições exclusivamente pediátricas, fomos ranqueados o 56.^o do planeta e, pela segunda vez, o melhor da América Latina. Novamente, essa qualidade não se reflete na remuneração que recebemos.

O desafio de sobreviver é o ponto central que queremos enfrentar com a atualização do nosso planejamento estratégico, elaborado em 2022 pensando nos próximos quatro anos. **E se 2022 foi o ano de pensar em muitas estratégias para fazer frente a esses desafios, 2023 será o ano de mergulharmos nesse caminho.**

Algumas iniciativas já estão em andamento. No ensino, a Faculdade promoveu grande revisão nos seus processos de comunicação e marketing, com foco na graduação. No Hospital, criamos o Multiplica PP, um programa de cursos na área da saúde infantojuvenil, por meio do qual vamos contribuir para qualificar profissionais da área. Nossas residências médicas completaram 50 anos em 2022. Sabemos da nossa relevância na formação de profissionais especializados em pediatria e queremos estar ao lado desses profissionais ao longo de suas carreiras, contribuindo com sua formação continuada.

Também estamos fortalecendo as nossas pesquisas clínicas, desenvolvidas em parceria com as indústrias, e ainda disseminando para outros hospitais brasileiros o nosso conhecimento em iniciativas inovadoras, como o **Programa Stewardship de Antimicrobianos, hoje em implantação em 15 grandes hospitais.**

Para a assistência, fizemos diversas melhorias na nossa estrutura física, avançamos em novos protocolos, inovamos em procedimentos até então inéditos no Brasil, rotinizamos práticas importantes como o uso de ECMO e consolidamos o serviço de transplantes de fígado. Por meio da telemedicina, estamos levando a expertise dos nossos médicos para o atendimento em regiões onde há “vazios” na atenção pediátrica.

Cuidamos dos meninos e meninas de todo o Brasil, e como queremos que eles tenham uma vida saudável e plena não poderíamos deixar de nos comprometer com o cuidado ambiental. Foram muitas as iniciativas do ano, com destaque para a instalação de painéis fotovoltaicos, um primeiro passo dentro de uma estratégia maior, que se desenrolará nos próximos anos. Todo o nosso compromisso com o tema nos rendeu um grande reconhecimento: o Climate Challenge Award 2022, que nos coloca entre os 54 hospitais do mundo com as melhores práticas ambientais.

Temos consciência de que 2023 será um ano duro, de busca intensa pela melhoria dos nossos resultados financeiros. E para isso, sabemos que temos de trabalhar ainda mais, especialmente com foco em alta complexidade e na oferta e venda de nosso conhecimento em pediatria hospitalar. No planejamento, um dos destaques do ano é a implantação de oito novos leitos de UTI.

Queremos ser um dos melhores lugares do mundo para receber e multiplicar cuidados em saúde de crianças e adolescentes. Trabalhamos diariamente para isso e contamos com você para construir essa realidade.

**José Álvaro da
Silva Carneiro**
Diretor-corporativo do
Complexo Pequeno Príncipe



Balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Ativo

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		206.180.239	170.284.013
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.687.184	21.422.607
Aplicações financeiras	5	75.189.639	61.936.572
Contas a receber de clientes	6	23.782.615	25.952.149
Recursos de convênios a realizar	7	71.558.318	48.277.630
Estoques	8	10.264.941	8.582.212
Outros créditos	9	6.697.542	4.104.515
Despesas do exercício seguinte		-	8.328
NÃO CIRCULANTE		162.556.424	156.429.332
Realizável a longo prazo			
Outros créditos	9	478.566	531.885
Investimentos	10	701.592	701.592
Direito de uso	11.1	6.272.741	7.060.565
Imobilizado	12	154.910.826	147.963.470
Intangível	13	192.699	171.820
TOTAL DO ATIVO		368.736.663	326.713.345

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

Balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		146.096.798	107.302.244
Fornecedores	14	15.304.415	12.086.967
Empréstimos Bancários	15	21.860.343	18.085.628
Obrigações Sociais	16	27.153.550	21.968.215
Obrigações Fiscais	17	2.597.830	1.769.542
Recursos de Subvenções a Executar	7	71.242.061	48.279.050
Passivo de Arrendamento	11.2	3.377.345	2.869.667
Receitas Diferidas	18	620.000	620.000
Outras Obrigações		3.941.254	1.623.175
NÃO CIRCULANTE		31.611.525	31.295.967
Empréstimos Bancários	15	3.882.989	2.098.380
Obrigações Sociais	16	56.363	230.654
Obrigações Fiscais	17	4.447.387	706.144
Passivo de Arrendamento	11.2	3.374.670	4.434.528
Receitas Diferidas	18	1.278.333	1.898.333
Provisões para Contingências	19	18.571.783	21.927.928
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	191.028.340	188.115.134
Patrimônio Social		148.946.536	134.738.674
Ajuste de Avaliação Patrimonial		38.964.398	39.168.598
Superávit Acumulado		3.117.406	14.207.862
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		368.736.663	326.713.345

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

Demonstração do resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

	Nota	2022	2021
Receita Operacional Bruta	21	353.915.548	318.616.936
<i>Receitas da Área de Saúde</i>		<u>226.616.933</u>	<u>197.449.274</u>
Sistema Único de Saúde - SUS		75.645.995	75.078.883
Convênios		142.876.764	116.099.558
Particulares		8.094.174	6.270.833
<i>Receitas da Área de Educação</i>		<u>73.525.088</u>	<u>68.500.961</u>
Mensalidades		72.110.169	67.543.605
Outras Receitas		1.414.919	957.356
<i>Utilização de Recursos Captados</i>	21.1	<u>53.773.527</u>	<u>52.666.701</u>
Subvenções sociais		26.397.619	25.017.902
Campanhas Iniciativa Privada		27.375.908	27.648.799
(-)Deduções da Receita		(20.155.253)	(18.280.661)
Glosas de Convênios	22	(4.178.305)	(3.726.573)
Gratuidades Concedidas	26.2	(12.089.536)	(10.875.541)
Bolsas de Estudo	26.2	(3.887.412)	(3.678.547)
Receita Operacional Líquida	21	333.760.295	300.336.275
(-) Custo dos Serviços Prestados		(211.939.855)	(187.236.417)
Custo da Área de Saúde		(181.337.722)	(161.454.587)
Custo da Área de Educação		(22.021.975)	(19.020.208)
Custo da Área de Pesquisa		(8.580.158)	(6.761.622)
Lucro Bruto		121.820.440	113.099.858
Despesas Operacionais		(125.219.541)	(102.506.119)
Despesas com Pessoal		(72.801.023)	(66.074.876)
Despesas Administrativas Gerais	23.1	(56.862.654)	(39.880.237)
Despesas com Impostos e Contribuições	27	(56.003.297)	(54.348.899)
Isonções Usufruídas	27	56.003.297	54.348.899
Outras Receitas/(Despesas)	23.2	4.444.136	3.448.994
Superávit (Prejuízo) Antes das Receitas e Despesas Financeiras		(3.399.101)	10.593.739
Receitas Financeiras	24	10.356.392	4.578.966
Despesas Financeiras	24	(4.044.085)	(1.651.330)
Superávit do Exercício		2.913.206	13.521.375

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios encerrados (em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit/(déficit) acumulado	Superávit à disposição da assembleia	Patrimônio líquido total
Em 31 de dezembro de 2020	96.003.416	39.855.085	-	38.735.258	174.593.759
Incorporação do superávit ao patrimônio social	38.735.258	-	-	(38.735.258)	-
Realização do custo atribuído	-	(686.487)	686.487	-	-
Superávit do exercício	-	-	13.521.375	-	13.521.375
Superávit à disposição da assembleia geral para destinação	-	-	(14.207.862)	14.207.862	-
Em 31 de dezembro de 2021	134.738.674	39.168.598	-	14.207.862	188.115.134
Incorporação do superávit ao patrimônio social	14.207.862	-	-	(14.207.862)	-
Realização do custo atribuído	-	(204.200)	204.200	-	-
Superávit do exercício	-	-	2.913.206	-	2.913.206
Superávit à disposição da assembleia geral para destinação	-	-	(3.117.406)	3.117.406	-
Em 31 de dezembro de 2022	148.946.536	38.964.398	-	3.117.406	191.028.340

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de método indireto (em reais)

	2022	2021
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / Déficit do Exercício	2.913.206	13.521.375
Ajustados por:		
Depreciação e Amortização	11.246.266	8.753.369
Provisões para Contingências	(3.356.145)	(2.633.081)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	435.580	1.671.571
Depreciação de Direitos de uso	3.559.746	4.057.822
AVP Passivo de Arrendamento	1.137.251	-
Superávit / Déficit do Exercício Ajustado	15.935.904	25.371.056
Contas a Receber de Clientes	1.733.954	(8.393.554)
Estoques	(1.682.729)	6.224.312
Recursos de Convênios a Realizar	(23.280.688)	(9.886.092)
Outros Créditos	(2.531.381)	(2.019.182)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(25.760.844)	(14.074.516)
Fornecedores	3.217.448	804.522
Obrigações Sociais	5.011.044	3.399.491
Obrigações Fiscais	4.569.531	149.342
Recursos de Subvenções a Realizar	22.963.011	9.887.512
Receitas Diferidas	(620.000)	(515.000)
Passivo de Arrendamento	(1.689.431)	(4.176.720)
Outras Obrigações	2.318.079	666.474
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	35.769.682	10.215.621
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	25.944.742	21.512.161
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Operações com Aplicações Financeiras	(13.253.067)	(21.460.473)
Adições do Direito de Uso	(3.304.374)	-
Baixas do Direito de Uso	532.452	-
Aumento de Ativo Imobilizado/Intangível/investimentos	(18.509.526)	(13.491.799)
Valor da Baixa do Ativo Imobilizado/Intangível/Investimentos	295.026	624.620
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(34.239.489)	(34.327.652)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Operações com Empréstimos Bancários	5.559.324	14.184.008
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	5.559.324	14.184.008
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.735.423)	1.368.517
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	21.422.607	20.054.090
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	18.687.184	21.422.607

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 De dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto operacional

A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL

CARNEIRO é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública, e está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – sob o n.º 76.591.569/0001-30. Está sediada na cidade de Curitiba (PR), Av. Iguazu, n.º 1.472, Água Verde, fundada em 18 de agosto de 1956, destinada a promover a assistência em saúde a crianças e adolescentes com idades de 0 a 18 anos, por meio da assistência, do ensino e da pesquisa, e ainda da assistência social beneficente, promovendo a oferta desses serviços de forma a cumprir as regras que classificam a instituição como filantrópica e assim isentando-a de tributos.

Cabe ressaltar que na prestação de serviços de assistência em saúde a organização oferece até 70% (setenta por cento) de sua força de trabalho ao SUS (Sistema Único de Saúde). No entanto, em razão da pandemia de COVID-19, cujo término foi decretado no Brasil em 23/5/2022, ocorreu significativa redução dos internamentos e cirurgias em relação ao exercício de 2019 pré-pandemia, porém, a partir do segundo semestre de 2022, a Associação adotou todas as medidas necessárias ao restabelecimento das atividades assistenciais aos níveis históricos.

As fontes de receitas são os serviços de saúde prestados pelo Hospital Pequeno Príncipe, Centro de Vacinas, de serviços de educação prestados pela Faculdades Pequeno Príncipe, bem como por doações e subvenções e convênios associados a projetos científicos do Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe e as demais unidades do Complexo. Todas as receitas são integralmente aplicadas na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. São unidades mantidas pela Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, mantenedora do Complexo Pequeno Príncipe:

- Hospital Pequeno Príncipe (que incorpora o antigo Hospital de Crianças Cesar Pernetta);
- Faculdades Pequeno Príncipe;
- Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe; e
- Centro de Vacinas Pequeno Príncipe.

Para gozar da isenção das contribuições sociais, a entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS), que é renovado a cada três anos pelo Ministério da Saúde (ouvido o Ministério da Educação para as especialidades da Faculdades), sendo que o último CEBAS obtido pela entidade possui validade para o período de 1.º/1/2019 a 31/12/2021. A entidade efetuou as solicitações de renovação para os exercícios subsequentes, nos prazos determinados, ao Ministério da Saúde, conforme SEI MS n.º 25000.165706/2021-80, e está no aguardo de seu deferimento.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 26 de junho de 2023.

Nota 2 – Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e também de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação entre contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos nem passivos, ou receitas e despesas, são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.3 Instrumentos financeiros

A instituição classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja deixá-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tenham origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data, na qual a instituição se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo custo amortizado. Todos os

outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a instituição se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; nesse último caso, desde que a instituição tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

a) Desreconhecimento (baixa) dos instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro expiram;
- transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo;
- um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. Por decorrência de decisões internas, fundos com aplicações financeiras podem ter destinação específica, em consonância com o planejamento estratégico e sistema de governança.

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da entidade.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente se relevante e ajustado pela provisão para perdas por redução ao valor recuperável se necessária.

3.6 Recursos de convênios a realizar/subvenções a executar

Os recursos de convênios a realizar são reconhecidos inicialmente a débito no ativo circulante na conta Recursos de Convênios a Realizar, e a crédito no passivo circulante na conta Recursos de Subvenções a Executar. Subsequentemente são reconhecidos na demonstração do resultado à medida que sejam efetuados os gastos dos atendimentos dos convênios.

3.7 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.8 Investimentos

Os investimentos em obras de arte são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável. Ressalte-se a formação de acervo vinculado a Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e os trabalhos visando à sua conservação.

3.9 Arrendamentos

3.9.1 Direito de uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso e o fim do prazo de arrendamento.

3.9.2 Passivos de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a entidade. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente considerando a taxa de empréstimo incremental.

Os encargos financeiros são apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.10 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica das licenças de software. A vida útil econômica é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de amortização.

3.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perdas ao valor recuperável são revisados para a análise de uma possível reversão da perda na data de apresentação das demonstrações contábeis.

3.13 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

3.14 Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos

da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira adequada e seguindo preceitos legais.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.16 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas, observando-se o princípio da oportunidade.

3.17 Reconhecimento da receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da entidade. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e descontos.

A entidade atua na prestação de serviços de assistência à saúde oferecidos pelo Hospital Pequeno Príncipe e pelo Centro de Vacinas, de serviços de educação prestados pela Faculdade Pequeno Príncipe e doações e taxas oriundas de recursos de pessoas físicas e jurídicas, bem como subvenções concedidas pelo poder público de caráter assistencial e sem fins lucrativos.

O reconhecimento da receita ocorre à medida que os serviços hospitalares e educacionais são realizados ao seu paciente/estudante, ou seja, quando a entidade já cumpriu a obrigação de desempenho firmada com o cliente e já houve a transferência de controle ao cliente, juntamente com o surgimento do direito de receber qualquer contraprestação em troca dos bens ou serviços prestados.

A entidade reconhece a receita quando for possível atender aos critérios:

- (i) identificar o contrato com o cliente;
- (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- (iii) determinar os preços das transações;
- (iv) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
- (v) reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

3.18 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e
- (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a entidade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgação do valor justo, a entidade determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo, e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.19 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como para a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) valor recuperável dos estoques e ativos imobilizados e intangíveis;
- c) vida útil e valor residual dos imobilizados e intangíveis;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com a assessoria jurídica da entidade; e
- e) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	44.390	29.284
Bancos Conta Movimento	1.986.129	1.126.397
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	16.656.665	20.266.926
Total	18.687.184	21.422.607

(*)	Rendimento	2022	2021
Banco Bradesco	105% do CDI	7.851.003	5.223.638
Banco do Brasil	105% do CDI	2.371.112	3.610.794
Banco Itaú	102% do CDI	688.446	471.706
Banco Safra	105% do CDI	709.286	4.468.846
Banco Santander	102% do CDI	3.439.580	4.970.897
Paraná Banco	111% do CDI	1.249.026	530.217
XP Investimentos	100% a 112% do CDI	348.212	990.828
Total das aplicações financeiras		16.656.665	20.266.926

Nota 5 – Aplicações financeiras

	2022	2021
Aplicações financeiras (*)	75.189.639	61.936.572
Total	75.189.639	61.936.572

(*)	Rendimento	2022	2021
Banco Safra	105% do CDI	12.863.744	11.353.545
Banco Santander	96% do CDI	62.325.895	50.583.027
Total das aplicações financeiras		75.189.639	61.936.572

O saldo das aplicações financeiras ora apresentado foi constituído para atender ao disposto no art. 11 do Capítulo IV dos Estatutos da Associação, que determina a constituição de um fundo formado pela poupança compulsória de no mínimo 1% das receitas oriundas dos serviços prestados pelas suas unidades operacionais, cujo objetivo é assegurar a perpetuidade

da causa expressa no seu objeto e, com autorização de uso expressa do Conselho Superior e da Assembleia, parcela dos recursos poupados poder ser destinada para investimentos em novas frentes de atuação, como a implantação do Complexo Hospitalar de Ensino e Pesquisa Pequeno Príncipe Norte (PPNorte), em terreno no bairro Bacacheri, contínuo à área da Base Aérea/Cindacta II.

Nota 6 – Contas a receber de clientes

	2022	2021
Cientes de serviços hospitalares	23.389.955	25.983.685
Cientes com vacina	1.287.473	1.004.551
Cientes com educação	4.009.900	3.433.046
(-) Provisão para perdas	(4.904.713)	(4.469.133)
Total	23.782.615	25.952.149
Contas a receber por tipo de moeda		
Reais (R\$)	23.782.615	25.952.149

Nota 7 – Recursos de convênios a realizar (ativo)/recursos de subvenções a executar (passivo)

Referem-se a recursos relativos a emendas parlamentares, repasses e convênios governamentais e projetos de incentivos fiscais, como o FIA (Fundo para Infância e Adolescência), Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica), Pronas (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência) e ainda doações de empresas e pessoas físicas. Do montante de R\$ 71.558.318 (ativo), resultado de grande e organizado esforço de captação na comunidade (pessoas físicas e jurídicas) e órgãos governamentais, R\$ 28.623.327 (vinte e oito milhões, seiscentos e vinte e três mil e trezentos e vinte e sete reais), equivalentes a 40%, serão aplicados em investimentos de modernização das edificações e aquisição de equipamentos, e R\$ 42.934.991 (quarenta e dois milhões, novecentos e trinta e quatro mil e novecentos e noventa e um reais), equivalentes a 60%, serão aplicados em manutenção das instalações, aquisição de medicamentos (principalmente os de alto custo), materiais especiais e outros itens de consumo hospitalar, e em custeio de mão de obra especializada, notadamente no Instituto de Pesquisa.

O valor no passivo é de R\$ 71.242.061, gerando uma diferença de R\$ 346.257 em relação ao ativo, decorrente de aporte realizado pela Associação, relativo aos convênios 5663/20 – Comtiba e 115/21 – Sesa PR, que exigem a participação financeira da entidade no respectivo plano de aplicação.

Esclarecemos que o uso dos recursos captados deverá ocorrer conforme o plano de aplicação de cada projeto de captação e/ou convênio. Todos esses projetos têm planos de aplicação específicos e são objeto de auditorias contínuas e rigorosas prestação de contas.

Nota 8 – Estoques

	2022	2021
Farmácia Central	7.676.374	5.788.963
Vacinas	491.856	475.645
Almoxarifado Central	774.950	671.868
Materiais laboratório e pesquisa (*)	1.187.219	1.547.305
Manutenção	132.436	97.122
Outros materiais	2.106	1.309
Total	10.264.941	8.582.212

(*)Refere-se a materiais utilizados em pesquisas (IPPPP – Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe) e de uso do Laboratório de Análises Clínicas.

Nota 9 – Outros créditos

	2022	2021
Adiantamentos para empregados	131.471	356.875
Adiantamentos a fornecedores	1.321.890	192.317
Associação Eunice Weaver – AEW (a)	3.009.369	2.154.840
Interamericano (a)	1.898.356	1.083.356
Despesas antecipadas com congressos (b)	478.566	478.566
Outros créditos a receber	336.456	370.446
Total	7.176.108	4.636.400
Ativo circulante		
	6.697.542	4.104.515
Ativo não circulante		
	478.566	531.885
Total	7.176.108	4.636.400

(a) Saldos referentes a valores transferidos a título de empréstimos para a Associação Eunice Weaver do Paraná (AEW) e para o Centro Cultural Brasil Estados Unidos – Interamericano visam a prover recursos para atividades econômicas implantadas pelas entidades mutualistas. No caso da AEW, os valores foram investidos na capitalização de empresa comercial especializada na compra e venda de aparelhos médicos, enquanto para o Interamericano os valores repassados estão sendo empregados em atividade de ensino denominada Projeto Multiplica. Em ambos os casos, os recursos gerados serão utilizados para amortização dos empréstimos. Os valores não são atualizados monetariamente.

(b) Valores não movimentaram em 2022, pois em razão da pandemia o congresso foi postergado para 2023.

Nota 10 – Investimentos

	Obras de arte	Total
Em 31 de dezembro de 2021		
Custo	429.216	429.216
Valor líquido contábil	429.216	429.216
Adições	272.376	272.376
Saldo final	701.592	701.592
Em 31 de dezembro de 2022		
Custo	701.592	701.592
Valor líquido contábil	701.592	701.592
Adições	-	-
Baixas	-	-
Saldo final	701.592	701.592

O valor de R\$ 701.592, relativo a obras de arte, refere-se a diversas obras adquiridas ou doadas para a Associação, que formam um acervo que está exposto em diversos locais e se compõe de quadros, esculturas e outras obras, em especial tendo como motivo o próprio “rei” Pelé, apoiador do Instituto de Pesquisa, e que poderão ser utilizadas no futuro para angariar fundos para a Associação, por meio de leilões.

Nota 11 – Arrendamento

11.1 - Direito de uso

a) Ativos de direito de uso

Direito de uso	Arrendamento (*)	
Prazo médio de vigência dos contratos/ vida útil (anos)	1 a 5	
	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.118.387	11.118.387
Depreciação	(4.057.822)	(4.057.822)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.060.565	7.060.565
Adições	3.304.374	3.304.374
Baixas	(532.452)	(532.452)
Depreciação	(3.559.746)	(3.559.746)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.272.741	6.272.741

(*) Os arrendamentos se referem a contratos de locação de imóveis utilizados para prestação de serviços médicos, de educação e de serviços administrativos.

11.2 - Passivo de arrendamento

Passivo de arrendamento	Arrendamento mercantil	AVP – ajuste a valor presente	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.105.910	(1.624.995)	11.480.915
Baixas	(4.176.720)	-	(4.176.720)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.929.190	(1.624.995)	7.304.195
Adições	3.055.845	(183.177)	2.872.668
Baixas	(579.295)	50.259	(529.036)
Pagamentos no período	(4.165.980)	1.270.168	(2.895.812)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.239.760	(487.745)	6.752.015
Parcela classificada no circulante	3.740.898	(363.553)	3.377.345
Parcela classificada no não circulante	3.498.862	(124.192)	3.374.670

Nota 12 – Imobilizado

Descrição	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos diversos	Equipamentos hospitalares	Instalações	Móveis e utensílios hospitalares	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado / Obras em Andamento	Outras Imobilizações	Total
Taxa de depreciação		2,33% a 3,33%	4,55% a 8,33%	7,69%	5,88%	7,69% a 9,09%	16,67%	12,50%		10%	
Em 31 de dezembro de 2020											
Custo	30.704.902	54.632.621	18.234.681	46.738.801	1.995.843	11.340.666	8.478.837	361.276	27.008.386	1.450.277	200.946.290
Depreciação acumulada	-	(20.269.213)	(8.009.586)	(20.258.740)	(1.468.212)	(1.171.632)	(4.565.290)	(260.677)	-	(932.759)	(56.936.109)
Valor líquido contábil	30.704.902	34.363.408	10.225.095	26.480.061	527.631	10.169.034	3.913.547	100.599	27.008.386	517.518	144.010.181
Adições	-	803	2.533.195	6.115.667	356.574	1.298.929	2.628.149	-	209.601	-	13.142.918
Baixas	-	(16.290)	(155.589)	(2.822.733)	-	(293.704)	(1.081.273)	-	-	-	(4.369.589)
Transferências	-	9.012.796	-	-	-	-	-	-	(9.012.796)	-	-
Depreciação	-	(1.805.825)	(1.634.600)	(4.169.237)	(29.456)	(1.070.796)	(1.356.511)	(13.606)	-	(126.432)	(10.206.463)
Dep. revisão vida útil	-	638.418	321.162	506.929	(8.643)	17.769	28.687	(11.993)	-	(13.633)	1.478.696
Baixas depreciação	-	16.290	124.376	2.681.527	2.235	177.967	905.059	-	-	273	3.907.727
Saldo final	30.704.902	42.209.600	11.413.639	28.792.214	848.341	10.299.199	5.037.658	75.000	18.205.191	377.726	147.963.470
Em 31 de dezembro de 2021											
Custo	30.704.902	63.629.929	20.612.288	50.031.735	2.352.417	12.345.890	10.025.713	361.275	18.205.191	1.450.277	209.719.617
Depreciação acumulada	-	(21.420.329)	(9.198.649)	(21.239.521)	(1.504.076)	(2.046.691)	(4.988.055)	(286.275)	-	(1.072.551)	(61.756.147)
Valor líquido contábil	30.704.902	42.209.600	11.413.639	28.792.214	848.341	10.299.199	5.037.658	75.000	18.205.191	377.726	147.963.470
Adições	2.580.311	-	2.088.992	5.186.411	696.885	979.618	2.748.021	187.000	3.938.363	-	18.405.601
Baixas	-	-	(159.010)	(705.078)	-	(162.813)	(90.058)	-	-	-	(1.116.959)
Depreciação	-	(2.042.394)	(1.952.180)	(4.709.570)	(29.626)	(1.130.482)	(1.846.060)	(25.073)	-	-	(11.735.385)
Dep. revisão vida útil	-	462.833	57.367	237.475	(10.135)	(48.240)	(113.368)	(13.766)	-	-	572.166
Baixas depreciação	-	-	66.140	566.677	-	120.558	68.558	-	-	-	821.933
Valor líquido contábil	33.285.213	40.630.039	11.514.948	29.368.129	1.505.465	10.057.840	5.804.751	223.161	22.143.554	377.726	154.910.826
Em 31 de dezembro de 2022											
Custo	33.285.213	63.629.929	22.542.270	54.513.068	3.049.302	13.162.695	12.683.676	548.275	22.143.554	1.450.277	227.008.259
Depreciação acumulada	-	(22.999.890)	(11.027.322)	(25.144.939)	(1.543.837)	(3.104.855)	(6.878.925)	(325.114)	-	(1.072.551)	(72.097.433)
Valor líquido contábil	33.285.213	40.630.039	11.514.948	29.368.129	1.505.465	10.057.840	5.804.751	223.161	22.143.554	377.726	154.910.826

Composição do imobilizado/construções em andamento:

Descrição	2022	2021
Reforma e adequação para prevenção de incêndio	2.216.926	2.216.926
Reforma médico – UTI	2.000	-
Reforma Enfermaria Cardiologia	2.500	-
Reforma IPPP Cabral	1.991.475	-
Reforma – revitalização pátio central	1.500	1.500
Outras reformas	-	4.500
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.383.162	-
Aquisições de imobilizado – equipamentos hospitalares	-	319.089
Imobilizações (aquisições) em trânsito	421.341	170.023
Projetos de viabilidade econômico-financeira e ambiental, de arquitetura/engenharia no Bacacheri, para o projeto Pequeno Príncipe Norte	16.124.650	15.493.153
Total	22.143.554	18.205.191

Nota 13 – Intangível

Descrição	Softwares e programas de computadores	Total
Taxa de amortização	20%	
Em 31 de dezembro de 2020		
Custo	2.828.721	2.828.721
Amortização acumulada	(2.545.046)	(2.545.046)
Valor líquido contábil	283.675	283.675
Adições	76.505	76.505
Transferências	(162.758)	(162.758)
Amortização	17.399	17.399
Amortização revisão vida útil	(43.001)	(43.001)
Saldo Final	171.820	171.820
Em 31 de dezembro de 2021		
Custo	2.742.467	2.742.467
Amortização acumulada	(2.570.647)	(2.570.647)
Valor líquido contábil	171.820	171.820
Adições	103.926	103.926
Amortização	(70.794)	(70.794)
Amortização revisão vida útil	(12.253)	(12.253)
Saldo final	192.699	192.699
Em 31 de dezembro de 2022		
Custo	2.846.393	2.846.393
Amortização acumulada	(2.653.694)	(2.653.694)
Valor líquido contábil	192.699	192.699

Nota 14 – Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores de materiais e medicamentos	6.632.835	4.553.913
Fornecedores de materiais em geral	1.369.866	1.512.136
Fornecedores – bens	253.233	88.788
Fornecedores de próteses	1.527.104	1.553.085
Fornecedores de serviços	2.134.541	1.714.825
Fornecedores – honorários médicos	666.558	330.212
Fornecedores de equipamentos	202.369	70.289
Outros fornecedores	2.517.909	2.263.719
Total	15.304.415	12.086.967
Fornecedores por tipo de moeda		
Real – R\$	15.102.046	12.016.678
Dólar – US\$	202.369	70.289
Total	15.304.415	12.086.967

Nota 15 – Empréstimos bancários

	Encargos	Garantias	2022	2021
Banco Itaú – rotativo	1,35% a.m.	Aval	8.050.065	8.000.000
Banco Bradesco – rotativo	1,30% a.m.	Aval	6.999.244	6.998.819
Banco Santander – cap. giro	0,59% a.m.	Direitos creditórios	2.409.735	2.527.809
Santander CP	0,29% a.m.	Direitos creditórios	1.111.111	-
Santander – conta garantida	1,42% a.m.	Direitos creditórios	669.740	-
Banco Safra – rotativo	1,34% a.m.	Aval	2.620.448	559.000
Total do curto prazo			21.860.343	18.085.628
Banco Santander – cap. giro	0,29% a.m.	Direitos creditórios	3.882.989	2.098.380
Total do longo prazo			3.882.989	2.098.380
Total geral			25.743.332	20.184.008
Empréstimos a pagar – a vencer até 1 ano			21.860.343	18.085.628
Total do curto prazo			21.860.343	18.085.628
Empréstimos a pagar – a vencer acima de 1 ano			3.882.989	2.098.380
Total do longo prazo			3.882.989	2.098.380
Total			25.743.332	20.184.008
Valores a pagar por data			2022	2021
2022			-	18.085.628
2023			21.860.343	2.098.380
2024			1.294.330	-
2025			1.294.330	-
2026			1.294.329	-
Total			25.743.332	20.184.008

Os empréstimos obtidos são todos em moeda nacional, real – R\$.

Nota 16 – Obrigações sociais

	2022	2021
Salários e ordenados a pagar	7.948.625	6.811.555
Encargos sociais a pagar	2.559.593	2.152.168
Provisão de férias e encargos	16.442.175	12.819.969
Parcelamento FGTS	259.520	415.177
Total	27.209.913	22.198.869
Parcela classificada no circulante	27.153.550	21.968.215
Parcela classificada no não circulante	56.363	230.654

Nota 17 – Obrigações fiscais

	2022	2021
IRRF retido	1.949.499	1.528.259
Outros impostos retidos	202.824	176.768
Parcelamentos tributários(a)	4.892.894	770.659
Total	7.045.217	2.475.686
Parcela classificada no circulante	2.597.830	1.769.542
Parcela classificada no não circulante	4.447.387	706.144

(a) Os saldos estão compostos por parcelamento de Pis/Cofins e os prazos de vencimentos estão entre 2023 e 2035.

Nota 18 – Receitas diferidas

	2022	2021
Receita com posto bancário	1.365.000	1.785.000
Receita com hemobanco	533.333	733.333
Total	1.898.333	2.518.333
Passivo circulante	620.000	620.000
Passivo não circulante	1.278.333	1.898.333
Total	1.898.333	2.518.333

A entidade possui contratos com uma instituição financeira para disponibilização do espaço para um posto bancário em suas dependências e com o Instituto Paranaense de Hemoterapia e Hematologia – Hemobanco, ambos com prazo de 60 meses. Desse modo, a receita foi diferida pelo prazo dos referidos contratos.

Nota 19 – Provisão para contingências

A entidade calcula as provisões para contingências trabalhistas e cíveis cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” no montante de R\$ 18.571.783 (dezoito milhões, quinhentos e setenta e um mil e setecentos e oitenta e três reais).

	2022	2021
Contingências trabalhistas	1.199.654	1.099.477
Contingências cíveis	17.372.129	16.021.791
Total de contingências prováveis	18.571.783	17.121.268
Contingências trabalhistas	287.697	726.444
Contingências cíveis	6.743.876	1.661.900
Contingências fiscais	631.032	4.772.994
Total de contingências possíveis	7.662.605	7.161.338
Total de contingências prováveis/possíveis	26.234.388	24.282.606
Contabilizado		
Contingências prováveis	18.571.783	17.121.268
Contingências possíveis	-	4.806.660
Total	18.571.783	21.927.928
Depósitos judiciais	-	-
Efeito líquido	18.571.783	21.927.928

Nota 20 – Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da entidade está representado pelo patrimônio social em R\$ 148.946.536 (cento e quarenta e oito milhões, novecentos e quarenta e seis mil e quinhentos e trinta e seis reais), pelo superávit acumulado de R\$ 3.117.406 (três milhões, cento e dezessete mil e quatrocentos e seis reais) e por ajuste de avaliação patrimonial sobre ativos em R\$ 38.964.398 (trinta e oito milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e trezentos e noventa e oito reais).

O saldo de superávit do exercício será colocado à disposição da assembleia geral para destinação.

Nota 21 – Receita operacional líquida

	2022	2021
Receitas da área de saúde	226.616.933	197.449.274
Sistema Único de Saúde – SUS	75.645.995	75.078.883
Convênios	142.876.764	116.099.558
Particulares	8.094.174	6.270.833
Receitas da área de educação	73.525.088	68.500.961
Mensalidades	72.110.169	67.543.605
Outras receitas	1.414.919	957.356
Utilização de recursos captados	53.773.527	52.666.701
Subvenções sociais	26.397.619	25.017.902
Campanhas iniciativa privada	27.375.908	27.648.799
Receita operacional bruta	353.915.548	318.616.936
Glosas de convênios	(4.178.305)	(3.726.573)
Gratuidades concedidas	(12.089.536)	(10.875.541)
Bolsas de estudo	(3.887.412)	(3.678.547)
(-) Deduções da receita	(20.155.253)	(18.280.661)
Receita operacional líquida	333.760.295	300.336.275

Nota 21.1 – Uso dos recursos oriundos da captação de recursos

No ano de 2022, o uso dos recursos oriundos da captação de recursos atingiu o montante de R\$ 53.773.527 (cinquenta e três milhões, setecentos e setenta e três mil e quinhentos e vinte e sete reais), o que significa um aumento de 2,10% em relação ao exercício de 2021, contribuindo decisivamente para o resultado superavitário ora verificado.

Nota 22 – Glosas de convênios

As glosas são registradas mensalmente, em obediência ao princípio de competência, e são provenientes do não pagamento, por parte dos planos de saúde e convênios médicos, de valores referentes a procedimentos, medicamentos, materiais e taxas aplicados no atendimento de pacientes.

Em 2021, para um faturamento de R\$ 116.099.558 de receitas com convênios (planos de saúde), foram registradas glosas no valor de R\$ 3.726.573, ou seja, 3,20%.

Já no exercício de 2022, para um faturamento de R\$ 142.876.764, foram registradas glosas no valor de R\$ 4.178.305, que representam 2,92% do faturamento.

Nota 23 – Despesas operacionais

Nota 23.1 – Despesas administrativas gerais

	2022	2021
Depreciação e amortização (i)	11.163.219	8.753.369
Material de consumo geral adm.	6.078.861	5.084.866
Serviços profissionais pessoas jurídicas	14.114.215	10.064.931
Serviços profissionais pessoas físicas	1.863.289	1.389.977
Marketing adm.	3.963.005	1.569.804
Água/energia elétrica/telefone/gás	3.163.742	2.705.540
Despesas com créditos incobráveis	1.726.417	2.913.779
Provisão para perdas em processos judiciais	1.211.868	(1.500.691)
Locação de imóveis e equipamentos	3.322.486	3.157.334
Outras despesas gerais administrativas (ii)	10.255.552	5.741.328
Total	56.862.654	39.880.237

- (i) Por limitação do sistema de gestão integrado (MV), que não faz a segregação da depreciação e amortização entre custos e despesas, a depreciação é reconhecida integralmente na rubrica de despesas administrativas gerais.
- (ii) A variação verificada nesta rubrica, entre os valores de 2021 e 2022, refere-se aos custos de eventos realizados no Brasil e no exterior, integralmente cobertos com recursos captados especificamente para esse fim.

Nota 23.2 – Outras receitas (despesas)

	2022	2021
Receita com locação de imóvel	824.068	609.405
Receita estacionamento	231.499	161.215
Receitas de convênios para estágio	1.984.859	1.875.175
Receitas com pesquisas clínicas	1.766.450	1.142.334
Outras receitas operacionais	131.232	157.516
Outras despesas operacionais	(493.972)	(496.651)
Total	4.444.136	3.448.994

Nota 24 – Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	2022	2021
Receitas de aplicações financeiras	9.572.815	3.565.526
Descontos obtidos	714.617	717.470
Juros recebidos	68.960	295.970
Total das receitas financeiras	10.356.392	4.578.966

Despesas financeiras

Juros pagos/descontos concedidos	(337.987)	(198.163)
Taxas e comissões bancárias	(601.143)	(397.574)
Encargos sobre empréstimos bancários	(3.104.955)	(1.055.593)
Total das despesas financeiras	(4.044.085)	(1.651.330)

Resultado financeiro líquido	6.312.307	2.927.636
-------------------------------------	------------------	------------------

Nota 25 – Prestação anual de serviços ao sus

Durante o exercício de 2022, a prestação de serviços de saúde foi parcialmente prejudicada pela pandemia da COVID-19. Em 23/5/2022, foi decretado o fim da emergência de saúde pública no Brasil. Porém, a suspensão da exigibilidade das metas quantitativas e qualitativas foi prorrogada até 30/6/2022, conforme a Lei n.º 14.400/22.

No segundo semestre de 2022, a Associação adotou as medidas necessárias para o restabelecimento das suas atividades assistenciais para os níveis pré-pandemia.

Nota 26 – Aplicação de recursos em gratuidade na área de educação

Nota 26.1 – Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

Em atendimento ao artigo n.º 13-A da Lei 12.101/09 (educação superior) e artigo n.º 11 da Lei 11.096/05 (ensino superior), a instituição concedeu uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes, no ano de 2022, para atender ao Prouni e complementou com bolsas Prouni integrais e parciais para atingir 20% de gratuidades, conforme demonstração abaixo:

	Quantidade	Quantidade
Cursos de graduação e sequenciais	2022	2021
Alunos matriculados nos cursos de graduação e sequenciais	1.126	1.114
Alunos pagantes nos cursos de graduação e sequenciais	895	895
Alunos necessários (relação 1 para 9)	100	100
Alunos com bolsa Prouni	254	250
Alunos com bolsa integral – institucionais	22	20

Nota 26.2 – Aplicações em gratuidades educacionais considerando a Lei n.º 12.101/09

Educação superior	Quantidade	Valores (R\$)	Quantidade	Valores (R\$)
	2022	2022	2021	2021
Número de alunos matriculados	1.126	67.760.708	1.114	63.024.202
Bolsas Prouni 100%	209	11.766.289	199	10.475.651
Bolsas Prouni 50%	45	323.247	51	399.890

A receita acima demonstrada se refere aos cursos de graduação.

Além das gratuidades legais acima demonstradas, em 2022 foram concedidos R\$ 3.887.412 em bolsas de estudos (R\$ 3.678.547 em 2021), como incentivo ao desenvolvimento técnico e científico de profissionais da área de saúde, em sua maioria colaboradores lotados no Complexo Pequeno Príncipe.

Nota 27 – Isenções usufruídas

Em 2022, a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro obteve isenções fiscais no valor total de R\$ 56.003.297 (cinquenta e seis milhões, três mil, duzentos e noventa e sete reais), distribuídas da seguinte forma:

Resumo das isenções por instituição

	HPP ⁽¹⁾	CEVA ⁽²⁾	FPP ⁽³⁾	IPPP ⁽⁴⁾	Total
IRPJ	1.401.950	-	-	-	1.401.950
CSLL	513.342	-	-	-	513.342
INSS – patronal	27.388.277	155.359	7.207.099	1.038.091	35.788.826
Cofins	4.403.779	177.783	1.726.417	-	6.307.979
PIS	1.939.342	44.108	633.305	37.342	2.654.097
IPTU	505.730	-	-	-	505.730
ISS	7.384.123	296.305	1.150.945	-	8.831.373
Total geral	43.536.543	673.555	10.717.766	1.075.433	56.003.297

(1) HPP – Hospital Pequeno Príncipe

(2) CEVA – Centro de Vacinas Pequeno Príncipe

(3) FPP – Faculdades Pequeno Príncipe

(4) IPPP – Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe

Nota 28 – Trabalho voluntário

O custo do trabalho voluntário utilizado pela Associação foi estimado com base nos valores praticados pelo mercado para as atividades exercidas pelos voluntários, totalizando R\$ 169.140 (cento e sessenta e nove mil e cento e quarenta reais) para 2.819 (duas mil oitocentos e dezenove) horas de serviços.

Nota 29 – Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2022, a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro possuía apólices de seguro contratado com seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos, incêndio e roubo para imóveis, veículos e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Colisão	Frota	R\$ 750.000	De 7/5/2022 a 07/05/2023
Incêndio e demais danos	Patrimonial	R\$ 61.248.000	De 3/4/2022 a 03/04/2023
Responsabilidade Civil	Indenização aos administradores	R\$ 5.000.000	De 11/10/2022 a 11/10/2023

A administração da entidade considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações e bens.

Nota 30 – Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

A entidade não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total contábil
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	18.687.184	-	18.687.184
Aplicações financeiras	75.189.639	-	75.189.639
Contas a receber de clientes	23.782.615	-	23.782.615
	117.659.438	-	117.659.438
Passivos financeiros			
Fornecedores		15.304.415	15.304.415
Empréstimos e financiamentos		25.743.332	25.743.332
		41.047.747	41.047.747

Em 31 de dezembro de 2021

Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	21.422.607	-	21.422.607
Aplicações financeiras	61.936.572	-	61.936.572
Contas a receber de clientes	25.952.149	-	25.952.149
	109.311.328	-	109.311.328
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	12.086.967	12.086.967
Empréstimos e financiamentos	-	20.184.008	20.184.008
	-	32.270.975	32.270.975

A entidade revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação e classificação, e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- Recebíveis: são classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da entidade e depósitos bancários de livre movimentação e contas a receber cujos valores registrados se aproximam, na data do balanço, aos de realização.
- Outros passivos financeiros: são classificados nesse grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- Valor justo: os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: a administração realiza o gerenciamento e a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros da entidade é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A entidade monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

• Risco de crédito

A base de clientes da entidade apresenta certo grau de concentração em alguns principais nomes. Por meio de controles internos, a entidade monitora permanentemente o envio das faturas e demais informações aos convênios, o que limita o risco de contas inadimplentes e glosas. A administração registra provisão para créditos de liquidação duvidosa para as perdas consideradas prováveis.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a entidade somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

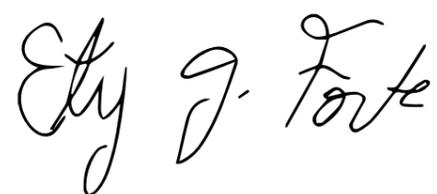
Nota 31 – Informações por segmento

A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro tem atuação nos seguintes segmentos:

HPP – Hospital Pequeno Príncipe;
 CEVA – Centro de Vacinas Pequeno Príncipe;
 FPP – Faculdades Pequeno Príncipe;
 IPPP – Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe.

31/12/2021	HPP	CEVA	FPP	IPPP	Não controlado por segmento	Total
Ativo	-	-	-	-	326.713.345	326.713.345
Passivo	-	-	-	-	326.713.345	326.713.345
Receita líquida	240.508.981	5.880.421	53.946.873	-	-	300.336.275
Custo dos serviços prestados	(156.691.678)	(4.762.909)	(19.020.208)	(6.761.622)	-	(187.236.417)
Lucro bruto	83.817.303	1.117.512	34.926.665	(6.761.622)	-	113.099.858
Despesas operacionais	-	-	-	-	(102.506.119)	(102.506.119)
Resultado financeiro	-	-	-	-	2.927.636	2.927.636
Lucro líquido	83.817.303	1.117.512	34.926.665	(6.761.622)	(99.578.483)	13.521.375
31/12/2022	HPP	CEVA	FPP	IPPP	Não controlado por segmento	Total
Ativo	-	-	-	-	368.736.663	368.736.663
Passivo	-	-	-	-	368.736.663	368.736.663
Receita líquida	270.061.273	6.150.882	57.548.140	-	-	333.760.295
Custo dos serviços prestados	(176.729.093)	(4.608.629)	(22.021.975)	(8.580.158)	-	(211.939.855)
Lucro bruto	93.332.180	1.542.253	35.526.165	-	-	121.820.440
Despesas operacionais	-	-	-	-	(125.219.541)	(125.219.541)
Resultado financeiro	-	-	-	-	6.312.307	6.312.307
Lucro líquido	93.332.18	1.542.253	35.526.165	(8.580.158)	(121.820.440)	2.913.206

Obs.: os ativos, passivos, despesas operacionais e resultado financeiro da entidade não são controlados por segmento, então não estão apresentados de forma segregada.



**Ety da Conceição
Gonçalves Forte**

Presidente –
CPF: 819.422.739-91



**José Álvaro da
Silva Carneiro**

Diretor-corporativo –
CPF: 010.153.039-00



Luis Vanderlei Ferreira Lima

Contador – CRCPR: 052804/0-6
CPF: 694.715.339-53

Relatório Do Auditor Independente Sobre As Demonstrações Contábeis

Aos diretores e administradores da
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO
Curitiba (PR)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO (“entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, sujeita aos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo-base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 R1).



Base para opinião com ressalvas

- (a) Conforme a nota explicativa n.º 12, em 31 de dezembro de 2022, o valor do imobilizado está apresentado no ativo do balanço patrimonial por R\$ 154.910.826 (R\$ 147.963.470 em 31 de dezembro de 2021). Entretanto, o controle patrimonial apresenta saldo de R\$ 154.337.222, resultando em um saldo contabilizado a maior no montante de R\$ 573.604. Dessa forma, as rubricas de imobilizado e patrimônio líquido estão majoradas no referido montante.
- (b) Conforme a nota explicativa n.º 16, em 31 de dezembro de 2022, o valor da provisão para férias e respectivos encargos sociais está apresentado no passivo do balanço patrimonial por R\$ 16.442.175 (R\$ 12.819.969 em 31 de dezembro de 2021). Aplicamos procedimentos de auditoria de recálculo para uma amostragem de colaboradores e identificamos divergências sobre as quais não é possível mensurar sua totalidade. Assim, não foi possível nos satisfazerem quanto à adequação do valor registrado no balanço patrimonial na referida rubrica, bem como sobre o potencial impacto no resultado e no patrimônio líquido.
- (c) Conforme a nota explicativa n.º 21, em 31 de dezembro de 2022, o valor da receita com convênios está apresentado na demonstração do resultado do exercício por R\$ 142.876.764 (R\$ 116.099.558 em 31 de dezembro de 2021). Desse saldo, para parte, no montante de R\$ 1.991.983, não foi apresentada a sua composição e não se sabe os possíveis impactos nas contas de resultado e no patrimônio líquido.
- (d) Conforme a nota explicativa n.º 22, em 31 de dezembro de 2022, o valor das deduções com glosas de convênios está apresentado na demonstração do resultado do exercício por R\$ 4.178.305 (R\$ 3.726.573 em 31 de dezembro de 2021). Entretanto, nesse montante está registrado um valor de R\$ 595.499 referente a outras taxas com convênios. Reduzindo esse montante de taxas do saldo contábil de glosas, temos o valor líquido de glosas no montante de R\$ 3.582.806. Quando comparamos esse novo valor de glosas com o saldo do controle auxiliar, que é de R\$ 4.030.264, identificamos que o saldo contábil está a menor no montante de R\$ 447.458. Sendo assim, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a menor nesse montante.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis” no nosso relatório. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalvas.



Outros assuntos

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós conforme parecer emitido em 11 de julho de 2022, com ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, deveremos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais manter-se em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 26 de junho de 2023.

FABIO EDUARDO LORENZON

Contador CRC (SC) n.º 026.215/O-6



MARTINELLI AUDITORES

CRC (SC) n.º 001.132/O-9





O Complexo Pequeno Príncipe nasceu pelas mãos da comunidade e continua existindo para servi-la, contando sempre com o apoio dos três setores da sociedade. É uma organização não governamental, filantrópica, mantida pela Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, que reinveste nas atividades de assistência, ensino e pesquisa todo o resultado obtido.



HOSPITAL
pequeno
PRÍNCIPE



ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE

FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE

INSTITUTO DE PESQUISA PELÉ PEQUENO PRÍNCIPE

Atendendo crianças desde 1919

<https://pequenoprincipe.org.br/>